



Da Ameaça ao Território À Proposição de Direitos Territoriais



28 a 30 de Setembro de 2009
Brasília - DF

Para se contrapor a ausência de Políticas Públicas para a Pesca Artesanal e a falsa idéia de participação dos pescadores e pescadoras promovidas pelas Conferências do MPA o movimento fez uma Conferência Paralela da Pesca Artesanal.

Durante a Conferência, os diversos grupos temáticos, indicaram como resultado das discussões os conflitos com os grandes projetos que ameaçavam até a continuidade da atividade pesqueira. A perda do território apareceu como elemento central.

A 1ª Assembleia do MPP, realizada em maio de 2010, em Santo Amaro da Purificação/BA, afirma a luta pelo Território como principal bandeira de luta do movimento.



Nós, pescadores e pescadoras artesanais, agentes de pastorais sociais, representantes de entidades e movimentos sociais presentes no ***Seminário Nacional sobre Território Pesqueiro***, realizado nos dias 21, 22 e 23 de Outubro de 2010, em Olinda/PE, após uma profunda reflexão da situação em que se encontram os territórios pesqueiros no Brasil... e, com indignação, denunciemos as destruições e ameaças que o sistema econômico capitalista, neoliberal, está impondo aos recursos naturais e ao processo de reprodução física e cultural das comunidades pesqueiras.

Carta do Encontro



O que tem ameaçado o Território Pesqueiro



O que tem ameaçado o Território Pesqueiro



- **CARCINICULTURA**

É a técnica de criação de camarões em viveiros. Tem deixado no mundo inteiro um rastro de violência e insustentabilidade. Representa uma das atividades no mundo que mais degrada áreas de manguezais e reduz o habitat de numerosas espécies.



• CARCINICULTURA







• A POLÍTICA ENERGÉTICA

É praticada no Brasil uma política energética destinada a subsidiar a energia produzida em grandes volumes em vista de diminuir os custos da produção industrial voltada para exportação. No alto custo desta água e desta energia, que é pago pelas populações tradicionais e todo o povo brasileiro não são contabilizados os rios destruídos, estuários afetados, populações expulsas de seus territórios, estoques pesqueiros diminuídos ou eliminados.





Diante das ameaças e os constantes conflitos, os pescadores e pescadoras em 2011, decidiram construir de forma coletiva **uma campanha nacional** pela regularização dos territórios das comunidades tradicionais pesqueiras, objetivando fortalecer ou provocar a resistência entre as comunidades, garantir o direito ao território e sensibilizar a sociedade sobre a realidade dos pescadores e a ameaça aos recursos naturais.

COM OBJETIVO DE:

- 1º Empoderar as comunidades pesqueiras sobre os direitos territoriais;
- 2º Sensibilizar a sociedade sobre a importância, as ameaças e violações de direitos que sofrem comunidades pesqueiras artesanais;
- 3º Fortalecer a luta dos Pescadores e Pescadoras no Brasil;
- 4º Arrecadar 1.403.000 para a Lei de Iniciativa popular a cerca da regularização dos territórios das Comunidades Tradicionais Pesqueiras.
- 5º Conquistar instrumento jurídico que reconheça e regularize os territórios tradicionais pesqueiros.

FOI REALIZADO UM SEMINARIO PARA DISCUTIR O CAMINHO A SER PERCORRIDO E VER COM QUEM PODERIA CONTAR.



Foram realizadas Caravanas de Mobilização Alagoas



Piaçabuçu

Penedo



Caravanas na Bahia



Litoral Sul

Litoral Norte



Caravana no Ceará



Caravana no Espírito Santo



Norte

Sul



Caravana em Natal



Caravanas em Pernambuco



Itamaracá

Petrolândia



Caravana no Norte



Amazonas



Rio Branco





Lançamento da Campanha em Brasília







SEMINÁRIOS e DEBATES





CAMPANHA NO SANTUARIO DE NOSSA SENHORA APARECIDA



Campanha pelo Brasil



OFICINAS DE APROFUNDAMENTO DA PROPOSTA DO PROJETO DE LEI

2012: Bahia, Ceará, Maranhão, Paraná, Santa Catarina, Pará, Rio de Janeiro, Espírito Santo

2013: Pernambuco, Piauí, Amazonas, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte.

2014: Mato Grosso, São Paulo, Acre, Rio de Janeiro, Tocantins, Maranhão, Paraíba, Alagoas, Sergipe

2015: Mato Grosso, Sergipe, Santarém, Rio Grande do Norte

2016: Paraíba, Alagoas, Amazonas, Rio Branco, Amapá

2017: São Paulo, Espírito Santo, Bahia;

2018: Minas Gerais, Piauí, Ceará, Paraná



ENTREGA DAS
ASSINATURAS NO
CONGRESSO NO
ANO DE 2018

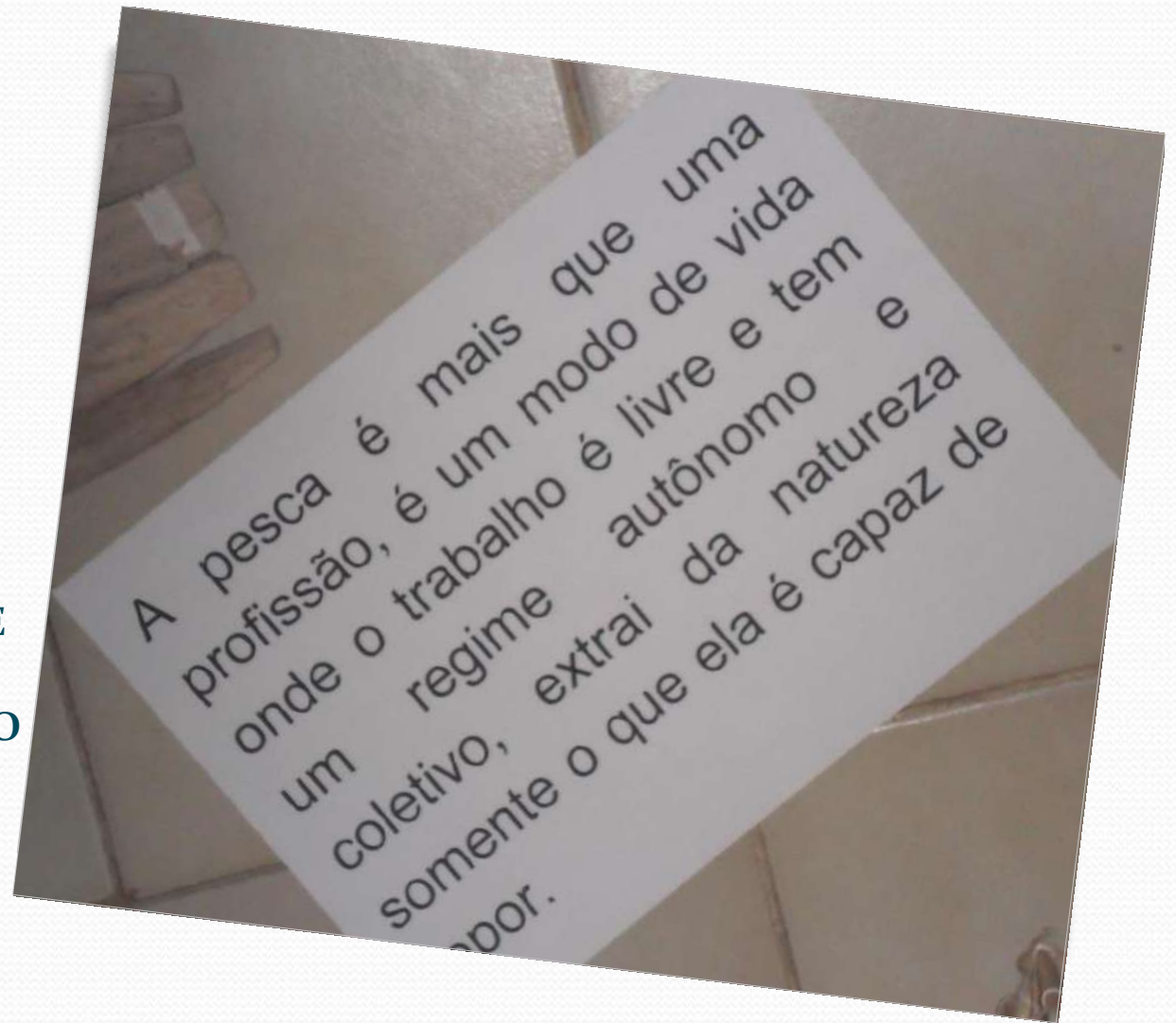
PL 131 / 2020



UM SALTO CONCEITUAL

DE APENAS CATEGORIA
PROFISSIONAL PARA
IDENTIDADE COLETIVA E
COMUNITÁRIA.

A DEFESA DO TERRITÓRIO
COMO CENTRAL PARA
GARANTIR O MODO DE
VIDA, A CULTURA, A
EXISTÊNCIA



QUEM APOIOU A CAMPANHA?

- Via Campesina Brasil
- Movimento dos Pequenos Agricultores,
- MAB
- MST
- CPP
- CÁRITAS BRASILEIRA
- CIMI
- CPT
- NEGA – UFRPE
- UFPE
- UFPB
- LETNO-UEFS
- GEMARES-UFSE
- GEOGRAFAR – UFBA
- UERJ-FFP/NUTE
- UFRGS
- UFPR/CEM
- CNBB
- MISEREOR
- CESE
- SSPN
- FUNDAJ
- AMB
- RENAP
- Caldeirão
- AATR
- MCP
- FASE
- ANAÍ
- CONFREM
- Rede MangueMar Brasil;
- Rede de Brasileira de Justiça Ambiental;
- Teia de Redes
- Entre outros...

REALIZAÇÃO

